



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

*Instituto de Previdência do Município de Alagoinha - IPEMA. Aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Legalidade. Registro ao ato.*

### A C Ó R D Ã O AC2 - TC -04542/14

#### RELATÓRIO

01. Processo: TC-13119/14.
02. Origem: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA - IPEMA.
03. Aposentando:
  - 3.1. Benefício: Aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
  - 3.2. Beneficiária: MARIA JOSÉ GONZAGA
  - 3.3. Cargo: Agente Comunitária de Saúde.
  - 3.4. Idade na data do ato: 70 anos (fls. 04).
  - 3.5. Lotação: Secretaria Municipal de Saúde de Alagoinha.
  - 3.6. Matrícula: 1004.
04. Caracterização da Aposentadoria:
  - 4.1. Natureza: Aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
  - 4.2. Autoridade responsável: Diretora Presidenta do Instituto de Previdência do Município de Alagoinha - IPEMA
  - 4.3. Ato e data: Portaria N° 11/2014 de 01/07/2014 (fls. 35).
  - 4.4. Órgão e data da Publicação: Diário Oficial do Município de Alagoinha do dia 15 de julho de 2014 (fls. 86).
05. Relatório da Auditoria: Em seu relatório de (fl. 38/39), sugere a legalidade da aposentadoria, formalizada pela Portaria N° 11/2014.

#### PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

**Oral**, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da aposentadoria em apreço.

#### VOTO DO RELATOR

Pela legalidade e concessão de registro ao ato de aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição da Senhora MARIA JOSÉ GONZAGA, formalizado pela Portaria N° 11/2014 de 01/07/2014 (fls. 35).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### **DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL**

***ACORDAM, à unanimidade, os membros da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição da Senhora MARIA JOSÉ GONZAGA, formalizado pela Portaria Nº 11/2014, constante às fls. 35, supra caracterizado.***

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.  
Sala das Sessões da 2ª Câmara do TCE-PB – Mini Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.  
João Pessoa, 14 de outubro de 2014.

---

Conselheiro Nominando Diniz - Presidente da 2ª Câmara e Relator

---

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal